



Relatório Histórico-Artístico

Designação :

Rua Ferreira Borges

Localização :

Baixa de Coimbra, Freguesia de S. Bartolomeu.

Acesso:

Coimbra.

Enquadramento :

Actualmente, é uma das artérias principais da Baixa de Coimbra. Faz a ligação entre o Largo da Portagem e a Rua Visconde da Luz, que por sua vez liga à Praça 8 de Maio, onde se encontram os Paços do Concelho.

Como o seu traçado não sofreu grandes alterações, mantém ainda hoje diversas casas dos séculos XVII e XVIII.

Descrição Histórica:

A Rua Ferreira Borges é uma artéria, de traça medieval, que vai aparecendo com diversas denominações ao longo dos tempos.

Desde finais do século XII até ao penúltimo quartel do século XIV aparece-nos denominada como **Rua dos Francos**. Nada se sabe da proveniência deste topónimo (Francos), mas há registo de aí ter vivido, em finais do século XI, Adrianus Francus, aparecendo como testemunha numa doação feita pelo Bispo D. Gonçalo Pais e pelo Cabido. Desta época aparecem-nos várias referências acerca das “tendas” aí existentes (assentos, emprazamentos, contratos de escambo, entre outros).

Em dois documentos, datadas de 1378 e 1474, aparece-nos a denominação de **Rua dos Mercadores**. Com este facto não se poderá concluir que tal denominação se tivesse generalizado e sobretudo que tivesse tido larga duração pois, na verdade, o último documento em que



se refere a Rua dos Francos tem a data de 1363, e no ano de 1404 já aparece o termo de Calçada como nova denominação da rua. Segundo Pinto Loureiro, a data de 1378 poderá referir-se à actual Rua de Quebra Costas e não à rua em estudo, pois era na Rua de Quebra Costas (antiga Rua das Tendas) que se situaria o Bairro dos Mercadores, bem como a ideia de que só aí se poderiam localizar casas “em cima, na cerca” e não em baixo no arrabalde, como as da rua agora em estudo.

No ano de 1404, através de um emprazamento feito pelo Cabido, aparece-nos, pela primeira vez, a referência a **Rua da Calçada**. O topónimo advém de esta ter sido a primeira artéria revestida a calçada na cidade. Estávamos perante uma das mais importantes e centrais ruas da cidade de Coimbra. Continuam a aparecer, relativamente à rua da Calçada, várias referências a emprazamentos, aforamentos, hipotecas e até referência a uma Carta de Encampação (A Carta de Encampação era o direito de um foreiro exigir, dentro do prazo de um ano, que o senhorio lhe reduza o foro ou encampe o prazo, quando este se oponha à redução, se o prédio for enfiteutico, por caso fortuito, se deteriorar, ou inutilizar só em parte, de modo que o seu valor actual passe a ser inferior ao que era na época do emprazamento; Encampar significa restituir, ceder por rescisão, desistência, renúncia ou abandono do contrato ou compromisso por motivo de lesão de interesses).

No século XVIII, o Colégio Novo manda construir uma fonte na Rua da Calçada, pertença do Mosteiro de Santa Cruz (existem referências à sua construção no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, no livro de notas de 1765). Encontrava-se situada no ponto de ligação entre a Rua da Calçada e a Rua de Coruche (actual Rua Visconde da Luz), sensivelmente no local onde a Rua Corpo de Deus se entroncava com essas ruas. A água que alimentava esta fonte vinha canalizada pela Rua Corpo de Deus, correndo do chafariz da Feira para o Colégio Novo, onde era dividida, indo uma parte para o seu abastecimento. Actualmente esta parte da rua já não existe e no seu lugar foram construídas umas escadas, designadas por Escadas de Santiago.



A 4 de Novembro de 1840, a câmara mandou consertar o cano da água do chafariz da Rua da Calçada em toda a sua extensão, tapando todo e qualquer obstáculo ou canalização que dificulte a sua normal passagem. O conserto foi da responsabilidade de Luis de Abreu, por conhecer a direcção do cano.

A 4 de Setembro de 1854 a câmara deliberou calcetar a rua que vai do Arco de Almedina à Calçada, bem como a Rua do Cego (actual Escadas de Santiago), de forma a uniformizar o pavimento.

Em Janeiro de 1859 o Presidente da Câmara propôs que se procedesse ao alargamento da Rua da Calçada e do Largo da Portagem, pedindo-se participação ao Governo, já que se tratava da estrada principal Lisboa/Porto.

Como rua principal que era, aí se situava a Casa da Cidade, que por a Torre de Almedina (instalações que ocupava desde os inícios do século XVI) ser um espaço reduzido para o efeito, se transferiu, em 1785, para a Rua da Calçada, com frente também para a Escada de Santiago e para a Praça de S. Bartolomeu (actual Praça do Comércio). A 1 de Outubro de 1810, as tropas francesas, sob comando do Marechal Massena, incendiaram a casa da cidade que, como consequência, teve que voltar para a Torre de Almedina. Da destruição do imóvel, apenas escaparam o pavimento térreo, que dava sobre a Praça e os dois açougues e casas da farinha e almoçataria contigua.

Em 1864 foi aberto ao público o último troço do caminho de ferro do norte. De forma a fazer a ligação da Estação Velha ao centro da cidade, construiu-se a empresa denominada Rail Road Conimbricense, que obteve a concessão de transportes de passageiros em carros americanos, que começaram a funcionar em 1874. Este primeiro troço passava na Rua da Calçada, atravessando a principal artéria da cidade. Este tipo de transporte não teve uma vida longa pois, após a construção do ramal ferroviário para a cidade, e depois de inaugurada a Estação



Nova em 1885, a empresa dos carros americanos entrou em decadência e acabou por suspender os seus serviços.

A pedido da Associação Liberal em 30 de Abril de 1883, a Câmara deliberou que a Calçada passasse a denominar-se **Rua Ferreira Borges**, tendo sido aceite de imediato e logo se encomendaram as lápides para colocar com o novo topónimo.

Entre 1887 e 1889 entraram na Câmara, pela mão de Ernesto de Almeida, projectos para a construção de ascensores que, mais uma vez, foram projectos que não saíram do papel. A título de curiosidade:

- A 11/VIII/1887 – Foi pedido à Câmara concessão por 99 anos para a montagem de um ascensor mecânico entre a Rua Ferreira Borges e o Largo da Feira, passando pelo Arco de Almedina, Rua de Quebra Costas, Rua Ferreira Borges e Rua das Colchas;
- A 12/VI/1888 – Foi aprovado o projecto para outro ascensor da mesma empresa, que iria da Rua Ferreira Borges ao Largo de S. Salvador;
- A 7/II/1889 – A Companhia Portuguesa de Ascensores apresenta um novo projecto, em substituição do anterior, que passaria entre o Arco de Almedina e a Rua das Colchas.

Em 27 de Junho e 16 de Agosto de 1889, e também a 29 de Agosto de 1898, a Câmara ocupou-se da Runa ou Sota, que vem do Quebra Costas para a Ferreira Borges. Depois de se observar um projecto de esgoto e saneamento (feita em Lisboa, a 8 de Março de 1890), observamos que a Runa (ou sota) passa a zona do Arco de Almedina através de um saguão existente entre o actual edificio do Gabinete para o Centro Histórico e o edificio do Cabeleireiro que lhe fica ao lado, atravessando a Rua Ferreira Borges nessa direcção seguindo pela Praça do Comercio para a Rua da Sota (que vai buscar o seu topónimo por ser atravessada pela Runa).

Em Outubro de 1902, o Coronel reformado Augusto Eduardo Freire



de Andrade apresentou à Câmara um requerimento a pedir a concessão de uma nova via férrea urbana, que atravessaria a Rua Ferreira Borges. Utilizariam o sistema americano, mas de tracção animal, para o que estabeleceriam linhas a ligar os vários pontos da cidade. Embora a Câmara não tenha ficado muito entusiasmada com a proposta, pois já pretendia instalar transportes eléctricos, acabou por deferir o requerimento em sessão de Câmara no dia 11 de Dezembro, tendo sido aprovado o contrato de concessão a 29 de Janeiro de 1903.

Tomaram posse pela concessão por 30 anos, a 27 de Julho seguinte, tendo a empresa o nome de Carris de Ferro de Coimbra. O primeiro troço ligava a Estação velha ao Largo da Portagem, tendo sido inaugurado a 1 de Janeiro de 1904. Um problema se colocou a este tipo de transporte: o serviço de tracção animal não satisfazia as exigências dos percursos íngremes da cidade, nem correspondia aos próprios desejos da empresa. Desta forma, o Coronel Freire de Andrade decidiu enveredar pela arrojada solução de substituir a viação animal pela tracção eléctrica e estender as linhas à periferia da cidade. Pagavam à Câmara um subsidio anual de um conto de reis e fixaram o prazo de dois anos para pôr em funcionamento o novo sistema.

O novo concessionário desenvolvia intensa actividade e transformou a primitiva empresa numa sociedade anónima denominada *Companhia Carris de Ferro de Coimbra*. Após algum tempo de actividade, em Março de 1908, comunicava à Câmara a interrupção dos trabalhos por dificuldades económicas. A Câmara opta por ficar com a empresa.

Em 1906 foram construídos novos passeios na Rua Ferreira Borges, mas que em nada alteraram a sua fisionomia.

A 1 de Janeiro de 1911 é inaugurada a circulação de carros eléctricos em Coimbra, sendo a Rua Ferreira Borges uma das primeiras artérias a ter este novo meio de transporte.

No ano de 1956, a cidade obtém licença, a titulo experimental, para



instalar irradiadores a gás nas fachadas de dois estabelecimentos das ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, para aquecimento do ambiente exterior naqueles locais. Esta foi uma forma de propagar o consumo para aquecimento das habitações com aquele tipo de gás. Pouco tempo esteve em funcionamento, pois o calor produzido diluía-se rapidamente, não tendo grandes efeitos práticos.

A 29 de Janeiro de 1959 delibera-se, com efeitos imediatos, proceder à nova pavimentação das Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, bem como à renovação das redes de abastecimento de água, tracção eléctrica e esgotos. A diminuição da faixa viária da Ferreira Borges tinha em conta a abertura, em 1960 ou 61, da avenida central para onde seria canalizada a maior parte do trânsito entre as zonas altas e baixas da cidade. O concurso para a obra não foi pacífico: depois de abertas as propostas a concurso (19/02/1959), as mesmas ultrapassavam as bases do concurso e, desta forma, deliberou-se realizar um segundo concurso com revisão de preços. A 7 de Maio do mesmo ano, a obra é adjudicada por 968.770\$00.

Na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, esta rua era detentora das melhores livrarias da cidade, dos melhores cafés e pastelarias, dos melhores estabelecimentos de modas, estabelecimentos bancários, escritórios forenses, consultórios médicos, etc.

Com o desenvolvimento da camionagem e construção do Palácio da Justiça, passou para a Avenida Fernão de Magalhães e Avenida Navarro uma parte do movimento que fez a grandeza da Rua Ferreira Borges.

Esta artéria, visto que não houve alteração do seu traçado, mantém ainda diversas casas dos séculos XVII e XVIII.

Observações :

José Ferreira Borges (Porto, 8 de Junho de 1786 — Porto, 14 de Novembro de 1838), formado em Cânones pela Universidade de



Coimbra, foi um jurisconsulto, economista e político português que, entre outras funções, foi secretário da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino de 1820, advogado na cidade do Porto e deputado às Cortes Constituintes de 1821.

Pertenceu ao Sinédrio do Porto. Foi o principal autor do primeiro Código Comercial Português, o Código Comercial Português de 1833, que ficou justamente conhecido pelo Código Ferreira Borges, a vigência do qual se prolongou por 60 anos. Exerceu também o cargo de juiz do Tribunal de Comércio de Lisboa. Foi autor de numerosas obras sobre temas económico-financeiros e políticos, entra as quais Princípios de Syntetologia (1831), Instituições de economia política (1834), Instituições de direito cambial (1844) e Do Banco de Lisboa (1827). Esteve emigrado em Londres de 1823 a 1827 e foi membro activo da Maçonaria.

Publicou diversas obras, a maior parte relacionado com a ciência do direito:

- Dicionário Jurídico-Comercial, Porto, 1856.
- Direito cambial português e letras de câmbio, Edições Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1844.
- Observacoens sobre um opusculo intitulado 'Parecer de dous conselheiros da Coroa Constitucional sobre os meios de restaurar o governo representativo em Portugal' , Bingham, Londres, 1832.
- Revista crítica da segunda edição do opusculo: 'Parecer de dous concelheiros de coroa constitucional sobre os meios de se resaurar o governo representativo em Portugal' , R. Greenlaw, Londres, 1832.
- Representação de conselheiro d'estado honorário José Ferreira Borges, Lisboa 1836.
- Memoria en refutação do relatório e decretos do ministro das



justiças, o rev. Antonio Manoel Lopez Vieira de Castro, na parte relativa a administração commercial pelo author de código, Lisboa 1837.

- Exame crítico do valor político das expressões soberania do povo, e soberania das cortes: e outro sim das bases da organização do poder legislativo no systema representativo, e da sanção do rei, Typografia Transmontana, Lisboa, 1837.
- Defesa da legislação contida nos artigos 115 e 116 do código do processo commercial portuguez, ou demonstração do que é hoje o recurso de revista segundo as categorias do Poder judicial marcadas na carta constitucional da monarchia portugueza, Galhardo e Irmãos, Lisboa, 1836.
- Das fontes, especialidade, e excellencia da administração commercial segundo o código commercial portuguez, Lisboa, 1844.
- Princípios de Syntetologia, Londres, 1831;
- Instituições de economia política, Lisboa, 1834;
- Instituições de direito cambial, Lisboa, 1844;
- Do Banco de Lisboa, Porto, 1827;
- Instituições de Medicina Forense, Paris, 1832;
- Cartilha do Cidadão Constitucional, dedicada à mocidade portugueza, Londres, 1832.

Curiosidades:

O conflito em que a Câmara se viu envolvida e que no País mais larga projecção teve, resultou na deliberação do desmonte do chamado Arco Pequeno de Almedina, ou Arco de Barbacã, restaurado, como o seu próximo e principal, no período da reforma pombalina.

À Câmara fora requerida por uma casa bancária a demolição de um prédio sito na esquina esquerda da confluência da calçada de Almedina



para a Rua Ferreira Borges, para uma nova construção aí se instalar.

O arquitecto autor do projecto entendeu que a traça arquitectónica do edifício que projectara – na actualidade a ser substituído por outro – não se ajustava ao histórico do arco, e vá de propor a sua demolição, com a alegação de que «o arco estava arruinado» e que «melhoraria a perspectiva daquela Calçada; «que nenhum valor arquitectónico tinha» além de que o «seu valor era nulo».

Lamentavelmente a câmara aceitou a proposição, deixando-se arrastar por interesses alheios, e da questão saiu bem ferida.

Levantado o problema pelo Eng^o Abel Urbano junto dos organismos oficiais, escrevia a proposto estarem no País «os castelos em cacos, com cidades e vilas desbastadas de quase tudo o que as fazia dignas de visita e de estudo». Alertado por Manuel da Silva gaio, vinha Trindade Coelho em A Capital a terreiro em defesa do Arco, arrastando para a luta os nomes de Sousa Costa, Afonso Lopes Vieira, Alberto de Sousa, José Leite de Vasconcelos, José de Figueiredo, Queirós Veloso, Jorge Cid, Guedes de Oliveira, João barreira, Adães Bermudes, Teixeira de Carvalho, Joaquim Manso, Aníbal Soares, Hipólito Raposo, Emídio de Oliveira, Augusto Gil, Gonçalves Viana, Cosmelli de Santana, Tomaz de Melo, Mário Gonçalves Viana; e até Alexandre Herculano, foi chamado à liça por intermédio de um Estudante-Espírita-Amador (Trindade Coelho), publicando-se de novo uma carta que aquele historiador escrevera em 1888 para o Panorama, carta que aqui não se reproduz por ser extensa, mas que é fácil ler naquela revista.

Nunca antes, nem depois, um monumento coimbrão teve uma panóplia de defesa como a que se juntara em defesa do pequeno arco!

Muito estranhamente a Sociedade de Defesa e Propaganda não tomava posição, ou tomava-a muito dubiamente, e Mestre António Augusto Gonçalves ficou-se calado. Estas atitudes terão uma certa



justificação para aqueles que conheciam as ligações políticas da época, e ainda porque António Augusto Gonçalves andava envolvido em outros conflitos com a Câmara – ou com o seu Presidente –, chegando mesmo a ser ameaçado de «lhe puxarem as orelhas»!

Os periódicos locais da época – O Despertar e a Gazeta de Coimbra – alinhavam na coorte defensiva do monumento, e a propósito insurgiram-se contra a instalação de uma tabacaria «com arrebiques de chalet» nos baixos do Arco, e ainda que se «deixassem cair a vil cal os seus venerandos muros».

Mas que ancianidade tinha o arco? Era isso o que se discutia, chegando-se a afirmar, para justificar a sua demolição, que ele «era da época Manuelina»!

Não cabe aqui, porque ele surgirá noutra altura, a transcrição de documentação municipal que lhe refere a existência no primeiros anos do século XIV quando foram aforados pardieiros que lhe haviam sobreposto, o mesmo é dizer que o arco tinha muito mais idade da que lhe queriam atribuir.

Todos os que passam ali, especialmente aqueles que se demoram a levantar os olhos para o arco, conhecem os seus três elementos decorativos: o brasão de armas nacionais, característico da primeira dinastia e princípio da segunda (Afonso I a D. João I); uma formosa janela renascentista ali incrustada adrede quando um dia, por desnecessário como elemento de defesa, o arco se transformou em moradia, e, finalmente, uma formosa imagem de Nossa Senhora, meio escondida por uma maquineta destoante.

Esta imagem m pedra terá a sua história, hoje difícil de refazer, mas que a legenda circular que a orna, esclarece um pouco. Diz ela:

SORA. POIS. SOIS. AVOGADA. DE. TODOS.



*PS PECCADORES: DE Fr. ANNES CHA-
MADA. E. POR.ELE, AQL. COLOCADA. DAÍ-
LHE. DEVNOS. FAVOR:*

*

Teve feliz fim a questão, porque com a interferência do Conselho de Arte Nacional, da Junta Arqueológica, e da 2ª Circunscrição de Arte e Arqueologia, o caso foi levado ao Parlamento pelo então deputado Dias Pereira, fazendo o Ministro da Instrução, Júlio Martins, a declaração de que o Arco Pequeno de Almedina seria desde aquele momento considerado monumento nacional.

A lei ainda não prevê que os edificios arrolados como monumentos nacionais ou de interesse público, sejam imprescritíveis e inalienáveis, pelo que, como na caso do Arco, há inúmeros monumentos ao abandono, a arruinarem-se, porque são da posse de particulares (exemplos em Coimbra: Palácio de Sobre-a-Riba, o preciosíssimo Mosteiro Velho de Santa Clara e a Casa da Nau), ou porque de posse pública não são recuperados como mereciam (ex. Torre de Anto, Refeitório dos Crúzios, São João das Donas, Igreja do Salvador, etc., etc.).

In Anais do Município de Coimbra, 1920-1939, pág. XXIX a XXXIV

Bibliografia :

- * Anais do Município de Coimbra, 1640-1668.
- * Anais do Município de Coimbra, 1840-1869.
- * Anais do Município de Coimbra, 1870-1889.
- * Anais do Município de Coimbra, 1890-1903.
- * Anais do Município de Coimbra, 1904-1919.
- * Anais do Município de Coimbra, 1920-1939.



- * Anais do Município de Coimbra, 1940-1959.
- *CORREIA, A. → *Toponímia Coimbrã*, Vol. I e II, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1945.
- *BORGES, N.C. → *Coimbra e Região*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- *LEMONS, J.M.O. → *Fontes e Chafarizes de Coimbra*, Coimbra, Edições da Câmara Municipal de Coimbra, 2005.
- *MANTAS, V. → *Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium*, Revista Biblos, Vol. LXVIII, Coimbra, 1992.
- *MARGARIDO, A.P. → *A Morfologia Urbana da Alta de Coimbra - Ensaio sobre o traçado da malha e sua evolução*, Coimbra, Cadernos de Geografia, nº6, 1987.
- *NUNES, M. → *Ruas de Coimbra*, Coimbra, GAAC, 2003.
- *NUNES, M. → *Passadiço e Arco, (Desaparecidos) seriam os que apareceram numa casa da Praça do Comércio?*, pág. 91 a 93, Actas do 1º Encontro sobre a Baixa de Coimbra, Coimbra, GAAC, 1995.

Sites consultados:

- *www.cidadevirtual.pt
- *www.cm-coimbra.pt
- *<http://pt.wikipedia.org/>

Trabalho realizado por:

Luisa Silva

GCH/CMC

Maio de 2007